

WETZEL S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E** **CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Wetzel S.A. – Em recuperação judicial é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 11/04/1932 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230002528-3. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.671/0001-94. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 8300 – Distrito Industrial – CEP 89239-270.

A sociedade tem como atividade operacional, a fabricação e comércio de componentes fundidos de metais ferrosos, não ferrosos e plásticos, destinados à transmissão, distribuição, instalação e iluminação de energia elétrica, e a setores industriais diversos, a fabricação e comercialização de componentes para o setor automotivo, fabricação e comercialização de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção, importação e exportação de produtos, direta ou indiretamente, relacionados com a sua atividade industrial, a prestação de serviços de usinagem, pintura e tratamento térmico de peças fundidas, de manutenção, de assistência técnica, administrativa e de assessoria, relacionados com os produtos de sua indústria e de seu comércio e a participação, no país ou no exterior, em outras sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos sociais.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 04 de abril de 2016.

A Wetzel S.A. – Em recuperação judicial encerrou o ano de 2015 com uma posição de caixa de R\$ 2.537 mil, elevado endividamento e passivo a descoberto de R\$ 122.134, além de manter indicadores econômico-financeiros adversos. Em função desses fatores, a Companhia pediu recuperação judicial em 03 de fevereiro de 2016, sendo o seu processamento deferido em 11 de fevereiro seguinte. A Companhia está sujeita a incertezas diversas, especialmente quanto à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, por parte dos credores, que atualmente se encontra em fase de elaboração – Vide Nota nº 32 “Evento Subsequente”.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade normal dos negócios e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos

Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o Resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e entre o Patrimônio Líquido e o Resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Wetzel S.A. – Em recuperação judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2015	31/12/2014
Foundry Engineers	USA	100,00%	100,00%
Wetzel Univolt Ind.de Plásticos Ltda	Brasil	60,00%	60,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento na sociedade controlada na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes;
- e) Destaque da participação dos não controladores no Patrimônio Líquido e no Resultado.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional “reais (R\$)” que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações.

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para “reais” pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações financeiras e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

3.7 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e

financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As propriedades para investimento, formada por terrenos, foram registradas pelo valor justo a partir de 1º de janeiro de 2012.

3.10 Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando taxas conforme nota 11, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos ao Erário.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.17 Benefícios a Empregados

a) Obrigações com Aposentadoria

A Companhia possui planos de previdência complementar na modalidade de contribuição definida, e reconhece o valor como despesa de benefícios a empregados, não tendo nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.19 Reconhecimento da Receita de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia; e
- e) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social.

3.21 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais, inclusive subvenções não monetárias a valor justo, somente são reconhecidas no resultado quanto existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização é a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.

Uma subvenção governamental é reconhecida em base sistemática como receita ao longo do período que é confrontada com as despesas que pretende compensar.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos, CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia efetuou operações em derivativos neste exercício, visando minimizar os riscos financeiros das variações nos contratos de empréstimos em moeda estrangeira.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado. Os financiamentos bancários são tomados com bancos de primeira linha e suas taxas de juros são semelhantes às aquelas praticadas no mercado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

. Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

. Risco com Taxa de Juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

. Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ (1.348) mil e EUR (479) mil, cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

. Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio:

Risco de alta do DÓLAR:

Descrição	Consolidado		
	31/12/2015 R\$ Mil	Com ajuste de 25% no câmbio R\$ Mil	Com ajuste de 50% no câmbio R\$ Mil
Ativos			
Clientes no Mercado Externo	476	595	714
	476	595	714
Passivos			
Dívida Bancária	5.741	7.176	8.612
	5.741	7.176	8.612
Exposição Líquida - R\$ Mil	(5.265)	(6.581)	(7.898)
Exposição Líquida - US\$ Mil	(1.348)	(1.348)	(1.348)
Taxa Dólar	3,9048	4,8810	5,8572

Risco de alta do EURO:

Descrição	Consolidado		
	31/12/2015 R\$ Mil	Com ajuste de 25% no câmbio R\$ Mil	Com ajuste de 50% no câmbio R\$ Mil
Passivos			
Dívida Bancária	2.036	2.545	3.054
	2.036	2.545	3.054
Exposição Líquida - R\$ Mil	(2.036)	(2.545)	(3.054)
Exposição Líquida - EUR\$ Mil	(479)	(479)	(479)
Taxa EURO	4,2504	5,3130	6,3756

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instruções nºs 475/08 e 550/08.

NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora	31/12/2015	31/12/2014		
	Empréstimos e Recebíveis	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes	2.537	851	2.091	2.942
Cientes	10.256		18.642	18.642
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(581)		(387)	(387)
Depósitos Judiciais trabalhistas	2.286		1.781	1.781
Depósitos Judiciais tributários	1.660		1.523	1.523
Total	16.158	851	23.650	24.501

Controladora	31/12/2015	31/12/2014	
	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros	Total
Passivos Financeiros			
Fornecedores	21.154	25.421	25.421
Empréstimos e Financiamentos	75.475	69.742	69.742
Arrendamento Mercantil Financeiro	676	1.025	1.025
Total	97.305	96.188	96.188

Consolidado	31/12/2015	31/12/2014		
	Empréstimos e Recebíveis	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes	2.575	851	2.233	3.084
Cientes	10.256		18.649	18.649
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(581)		(387)	(387)
Depósitos Judiciais trabalhistas e outros	2.457		1.781	1.781
Depósitos Judiciais tributários	1.660		1.523	1.523
Instrumentos Financeiros Derivativos		499		499
Total	16.367	1.350	23.799	25.149

Consolidado	31/12/2015	31/12/2014	
	Outros Passivos Financeiros	Outros Passivos Financeiros	Total
Passivos Financeiros			
Fornecedores	21.916	26.814	26.814
Empréstimos e Financiamentos	76.007	72.813	72.813
Arrendamento Mercantil Financeiro	2.712	2.615	2.615
Total	100.635	102.242	102.242

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	14	9	14	9
Bancos Conta Movimento	2.523	2.082	2.561	2.224
Aplicação Financeira		851		851
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.537	2.942	2.575	3.084

NOTA 7 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a Receber de Clientes Interno	9.780	17.964	9.780	17.971
Contas a Receber de Clientes Externo	476	678	476	678
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(581)	(387)	(581)	(387)
Contas a Receber de Clientes	9.675	18.255	9.675	18.262
Adiantamentos a fornecedores	66	167	108	169
Adiantamentos a funcionários	109	511	109	513
Parcela Circulante	9.850	18.933	9.892	18.944
 Total a Receber de Clientes	 9.675	 18.255	 9.675	 18.262
Total dos Adiantamentos	175	678	217	682
Total Geral	9.850	18.933	9.892	18.944

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aging List Contas a Receber de Clientes				
Vencidos	1.574	777	1.574	777
A vencer 30 dias	6.411	12.736	6.411	12.743
A vencer de 31 a 60 dias	1.843	4.283	1.843	4.283
A vencer de 61 a 90 dias	395	624	395	624
A vencer acima de 91 dias	33	18	33	18
Cambiais a embarcar		204		204
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(581)	(387)	(581)	(387)
Contas a Receber de Clientes	9.675	18.255	9.675	18.262

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a Receber por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	9.199	17.577	9.199	17.584
Dólar Norte-Americano - US\$	476	590	476	590
Euro - EUR		88		88
Contas a Receber de Clientes	9.675	18.255	9.675	18.262

Em virtude da irrelevância do ajuste a valor presente a ser efetuado em relação ao total do valor a receber de clientes, a Companhia não reconheceu nenhum ajuste nas contas a receber.

NOTA 8 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos Acabados	4.533	4.321	4.533	4.341
Produtos em Elaboração	4.854	3.951	4.854	3.951
Matéria-Prima	2.916	2.149	2.916	2.553
Materiais Consumo Produção	2.609	4.875	2.609	4.914
Revenda	720	1.791	720	1.791
Outros Estoques	3.371	3.810	3.371	2.961
(-) Provisão para Perdas	(3.497)	(2.556)	(3.497)	(2.556)
Total dos Estoques	15.506	18.341	15.506	17.955

NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS a Recuperar	158	211	158	211
IPi a Recuperar	223	593	482	956
Pis/Cofins a Recuperar	202	364	202	364
IRRF a Compensar	17	49	174	49
ICMS CIAP a Compensar	396	738	396	896
IRPJ a Compensar (nota 17)	24		154	15
CSLL a Compensar (nota 17)			56	6
INSS a Compensar	330		330	
Outros Impostos	17		16	
Total	1.367	1.955	1.968	2.497

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Investimentos em Sociedades Controladas	109	78		
Propriedades para Investimento	54.542	53.774	54.542	53.774
Total de Investimentos	54.651	53.852	54.542	53.774

10.1 Investimento em Sociedade Controlada

Nas demonstrações financeiras da Controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo Patrimônio Líquido das investidas, conforme participação nessas empresas:

	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido/Passivo a Descoberto	Receitas	Resultado do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial Provisão para Perda	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2014									
Foundry Engineers	USA	138	61	78	5	(24)	100,00%	(24)	78
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda	Brasil	6.600	7.520	(920)	11.420	(276)	60,00%	(166)	
		6.738	7.581	(842)	11.425	(300)		(190)	78
Em 31 de dezembro de 2015									
Foundry Engineers	USA	112	3	109		(4)	100,00%	(4)	109
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda	Brasil	4.239	7.157	(2.918)	7.740	(1.998)	60,00%	(1.199)	
		4.351	7.160	(2.809)	7.740	(2.002)		(1.203)	109

Inexistem quaisquer avais, garantias, fianças, hipotecas ou penhor concedido em favor das controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

A Companhia deliberou, em 09 de novembro de 2015, sobre a descontinuidade das operações da Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda., já a partir desse mês.

10.2 Propriedade para Investimento

Terrenos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Anterior	53.774	49.963	53.774	49.963
Transferência do imobilizado	1.247		1.247	
Ajuste valor justo	(479)	3.811	(479)	3.811
Total	54.542	53.774	54.542	53.774

Localização	Saldo contábil em Dez/2015
Araquari-SC	30.370
Rua Rui Barbosa-Jlle-SC	15.400
Estrada Anaburgo-Jlle-SC	5.200
Rua Otto Boehm-Jlle-SC	3.110
Rua Graciosa-Jlle-SC	299
Itajuba-Barra Velha-SC	163
Total	54.542

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Controladora

Taxas médias de depreciação
conforme laudo

Em 31 de dezembro de 2013

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias de 4% a 10%	Máquinas e Equipamentos de 4% a 20%	Móveis e Utensílios de 5% a 10%	Veículos 20%	Instalações e Ferramentas de 5% a 10%	Equipamentos de Informática de 10% a 20%	Outros	Total
Custo	8.922	12.176	118.038	4.773	549	28.991	1.868	9.002	184.319
Depreciação Acumulada		(6.381)	(60.811)	(3.277)	(384)	(18.019)	(1.425)		(90.297)
Valor contábil líquido	8.922	5.795	57.227	1.496	165	10.972	443	9.002	94.022
Adições			2.942	34		150	642	7.871	11.639
Transferências		1.150	9.399	303		912	15	(12.720)	(941)
Baixas		(181)	(5.242)	(1.307)	(53)	(5.307)	(367)	(799)	(13.256)
Depreciação		(448)	(6.518)	(241)	(53)	(1.827)	(235)		(9.322)
Baixas da Depreciação		75	5.001	1.283	53	5.076	360		11.848
Saldo Final	8.922	6.391	62.809	1.568	112	9.976	858	3.354	93.990

Em 31 de dezembro de 2014

Custo	8.922	13.145	125.137	3.803	496	24.746	2.158	3.354	181.761
Depreciação Acumulada		(6.754)	(62.328)	(2.235)	(384)	(14.770)	(1.300)		(87.771)
Valor contábil líquido	8.922	6.391	62.809	1.568	112	9.976	858	3.354	93.990
Adições			199	56		41		240	536
Transferências		16	1.232	197		73		(1.518)	
Reclassificação (a)								(1.525)	(1.525)
Baixas		(839)	(10.924)	(25)	(6)	(401)	(150)	(551)	(12.896)
Depreciação		(474)	(6.592)	(241)	(50)	(1.788)	(261)		(9.406)
Baixas da Depreciação		297	4.166	7	4	139	147		4.760
Transferências			4	3		(7)			
Imparidade e Provisão Perda			(16.258)	(358)	(14)	(364)	(20)		(17.014)
Saldo Final	8.922	5.391	34.636	1.207	46	7.669	574		58.445

Em 31 de dezembro de 2015

Custo	8.922	12.322	115.644	4.031	490	24.459	2.008		167.876
Depreciação Acumulada		(6.931)	(64.750)	(2.466)	(430)	(16.426)	(1.414)		(92.417)
Imparidade e Provisão Perda			(16.258)	(358)	(14)	(364)	(20)		(17.014)
Valor contábil líquido	8.922	5.391	34.636	1.207	46	7.669	574		58.445

Consolidado

Taxas médias de depreciação
conforme laudo

Em 31 de dezembro de 2013

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias de 4% a 10%	Máquinas e Equipamentos de 4% a 20%	Móveis e Utensílios de 5% a 10%	Veículos 20%	Instalações e Ferramentas de 5% a 10%	Equipamentos de Informática de 10% a 20%	Outros	Total
Custo	8.922	12.176	122.960	4.786	549	29.721	1.870	9.029	190.013
Depreciação Acumulada		(6.381)	(61.854)	(3.280)	(384)	(18.164)	(1.425)		(91.488)
Valor contábil líquido	8.922	5.795	61.106	1.506	165	11.557	445	9.029	98.525
Adições			2.942	63		653	642	8.562	12.862
Transferências		1.150	9.572	330		912	15	(12.920)	(941)
Baixas		(181)	(5.614)	(1.307)	(53)	(5.307)	(367)	(812)	(13.641)
Depreciação		(448)	(6.991)	(246)	(53)	(1.927)	(237)		(9.902)
Baixas da Depreciação		75	5.001	1.283	53	5.076	362		11.850
Transferências			117	(7)		(110)			
Saldo Final	8.922	6.391	66.133	1.622	112	10.854	860	3.859	98.753

Em 31 de dezembro de 2014

Custo	8.922	13.145	129.860	3.872	496	25.979	2.160	3.859	188.293
Depreciação Acumulada		(6.754)	(63.727)	(2.250)	(384)	(15.125)	(1.300)		(89.540)
Valor contábil líquido	8.922	6.391	66.133	1.622	112	10.854	860	3.859	98.753
Adições			201	56		41		240	538
Transferências		16	1.393	197		73		(1.679)	
Reclassificação (a)								(1.869)	(1.869)
Baixas		(839)	(10.935)	(25)	(6)	(1.635)	(150)	(551)	(14.141)
Transf.p/Destinado a Venda			(3.316)	(48)			(2)		(3.366)
Depreciação		(474)	(6.754)	(247)	(50)	(1.961)	(261)		(9.747)
Baixas da Depreciação		297	4.168	7	4	668	147		5.291
Transferências			4	3		(7)			
Imparidade e Provisão Perda			(16.258)	(358)	(14)	(364)	(20)		(17.014)
Saldo Final	8.922	5.391	34.636	1.207	46	7.669	574		58.445

Em 31 de dezembro de 2015

Custo	8.922	12.322	117.203	4.052	490	24.458	2.008		169.455
Depreciação Acumulada		(6.931)	(66.309)	(2.487)	(430)	(16.425)	(1.414)		(93.996)
Imparidade e Provisão Perda			(16.258)	(358)	(14)	(364)	(20)		(17.014)
Valor contábil líquido	8.922	5.391	34.636	1.207	46	7.669	574		58.445

- (a) O saldo da controladora de R\$ 1.525 mil e R\$ 1.868 mil consolidado, referem-se à reclassificação do grupo de imobilizado para o grupo de “Outros Créditos” no ativo circulante e “Propriedades para Investimento” no ativo não circulante.

A Wetzel S.A. – Em recuperação judicial possui ativos imobilizados adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos, e em contrapartida estão sendo apresentados nas respectivas rubricas do imobilizado, sendo:

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor Contábil Líquido
Máquinas e Equipamentos	2.302	(108)	2.194
Equipamentos de Informática	1.190	(699)	491
Veículos	263	(225)	38
Instalações e Ferramentas	37		37
Móveis e Utensílios	2		2
Outros	14	(14)	
	3.808	(1.046)	2.762

A Companhia procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei nº 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a Deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (“*deemed cost*”), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Os bens integrantes do imobilizado da empresa estão em garantia do Programa REFIS e quando financiados garantem os próprios financiamentos.

Do total da depreciação do consolidado lançada no resultado de dezembro de 2015, no valor de R\$ 9.747 mil, R\$ 9.243 mil estão no CPV e R\$ 504 mil nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 12 - REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

Nos anos de 1991, 1994 e 2002 a controladora procedeu a reavaliação de alguns itens do imobilizado (máquinas e equipamentos e terrenos).

O montante total líquido dos tributos, em 31.12.2015 das reavaliações efetuadas é de R\$ 386 mil líquido das parcelas já realizadas por imparidade, por depreciação e/ou alienação que foram transferidas para a conta de Prejuízos Acumulados. O montante realizado líquido durante o ano foi de R\$ 563 mil.

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter a Reserva de Reavaliação registrada no Patrimônio Líquido, sendo que a sua realização integral ocorrerá quando da alienação, depreciação ou baixa dos respectivos ativos.

NOTA 13 – INTANGÍVEL

	Controladora	Consolidado
	Programas de	Programas de
	Computador	Computador
	20%	20%
Taxas anuais de amortização		
Em 31 de dezembro de 2013		
Custo	3.885	3.995
Amortização Acumulada	(2.183)	(2.242)
Valor contábil líquido	1.702	1.753
Adições	302	302
Transferências	941	941
Amortização	(638)	(660)
Saldo Final	2.307	2.336
Em 31 de dezembro de 2014		
Custo	5.128	5.238
Amortização Acumulada	(2.821)	(2.902)
Valor contábil líquido	2.307	2.336
Baixas		(110)
Amortização	(681)	(703)
Baixa Amortização		103
Imparidade	(107)	(107)
Saldo Final	1.519	1.519
Em 31 de dezembro de 2015		
Custo	5.128	5.128
Amortização Acumulada	(3.502)	(3.502)
Imparidade	(107)	(107)
Valor contábil líquido	1.519	1.519

A Wetzel S.A. – Em recuperação judicial possui ativos intangíveis adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos, e em contrapartida estão sendo apresentados na rubrica do intangível, sendo:

	Custo de	Amortização	Valor Contábil
	Aquisição	Acumulada	Líquido
Programas de Computador	441	(261)	180
	441	(261)	180

Do total da amortização do consolidado lançada no resultado de dezembro de 2015, no valor de R\$ 703 mil, R\$ 158 mil estão no CPV e R\$ 545 mil nas despesas administrativas/comerciais.

NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS ("IMPAIRMENT")

Anualmente ou quando houver indicação de que ocorreu uma perda, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos tiveram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia identificou evidências de perda por recuperabilidade de ativos em 31 de dezembro de 2015, e com base nos critérios mencionados nas notas 3.10 e 3.12, registrou as perdas conforme demonstrado na nota 11 e 13.

NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	21.154	25.421	21.916	26.814
Obrigações Sociais/Trabalhistas	18.931	12.021	18.944	12.109
Obrigações Tributárias e REFIS	12.126	4.051	12.710	4.119
Adiantamentos de Clientes	979	935	979	935
Outras Contas a Pagar	11.269	10.500	11.330	10.584
Parcela Circulante	64.459	52.928	65.879	54.561
Obrigações Tributárias	110.105	108.470	110.184	108.640
Obrigações Sociais/Trabalhistas	3.314		3.314	
Outras Contas a Pagar	51.859	38.681	50.303	38.281
Parcela Não Circulante	165.278	147.151	163.801	146.921
Total Geral - Circulante e Não Circulante	229.737	200.079	229.680	201.482

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Aging List Contas a Pagar				
Vencidos	16.875	9.928	17.557	10.626
A vencer 30 dias	3.556	10.304	3.636	10.941
A vencer de 31 a 60 dias	345	3.563	345	3.620
A vencer de 61 a 90 dias	35	1.115	35	1.115
A vencer acima de 91 dias	343	511	343	512
Contas a Pagar a Fornecedores	21.154	25.421	21.916	26.814

NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante						
Modalidade	Taxa Média	Garantia				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5%aa até taxas pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	2.096	2.012	2.096	2.012
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,5% aa	Imóveis / Aval	3.041	1.567	3.041	1.567
Capital de Giro - Res.4131	VC + 6,7% aa	Máquinas		521		521
Capital de Giro - Progeren	TJ-462 + 6%aa	Aval/Duplicatas		1.003		1.003
Capital de Giro - Pré-Pagto	Libor + 3,30%aa	Aval	3.595	1.604	3.595	1.604
Capital de Giro	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497%am	Duplicatas	8.529	14.174	8.529	14.174
FINEP	5,25% aa	Imóveis, Aval	1.537	478	1.537	478
Leasing	1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária / Aval	537	451	537	451
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	11.333	4.880	11.333	4.880
Prodec II	Variação da UFIR + 1% aa	Aval	5.163	3.406	5.163	3.406
Financiamento Direto com Fornecedor			10.075	825	10.260	825
ACC	VC + 4,10% aa		2.146	1.518	2.146	1.518
Cartão de Crédito	Taxa pré-fixada de 2,3% am		549		549	
Leasing	VC + 6,483%aa	Alienação Fiduciária			2.036	1.262
Capital de Giro	Taxas Pré fixadas de 9,35% e 12,01% aa	Aval/Duplicatas				3.071
Total do Circulante			48.601	32.439	50.822	36.772
Não Circulante						
Modalidade	Taxa Média	Garantia				
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	7.979	9.943	7.979	9.943
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,5% aa	Imóveis / Aval	383	1.714	383	1.714
Capital de Giro - Pré-Pagto	Libor + 3,30%aa	Aval		1.549 #		1.549
Capital de Giro	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497%am	Duplicatas	6.708	8.403	6.708	8.403
FINEP	5,25% aa	Imóveis, Aval		1.265		1.265
Leasing	1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária	139	574	139	574
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	11.461	13.170	11.461	13.170
Prodec II	Variação da UFIR + 1% aa	Aval		384		384
Financiamento Direto com Fornecedor			880	1.325	1.227	1.325
Leasing	VC + 6,483%aa	Alienação Fiduciária				328
Total do Não Circulante			27.550	38.327	27.897	38.655
Total de Empréstimos e Financiamentos			76.151	70.766	78.719	75.427
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Por Data de Vencimento						
Em até 6 meses			39.605	18.318	41.783	22.010
De 6 meses a 1 ano			8.996	14.121	9.039	14.762
De 1 a 2 anos			5.774	13.278	5.875	13.606
De 3 a 5 anos			19.229	21.104	19.475	21.104
Acima de 5 anos			2.547	3.945	2.547	3.945
Total de Empréstimos e Financiamentos			76.151	70.766	78.719	75.427
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Por Tipo de Moeda						
Reais - R\$			70.410	68.727	70.942	68.727
Dólar Norte-Americano - US\$			5.741	2.039	5.741	5.110
Euro - EUR					2.036	1.590
Total de Empréstimos e Financiamentos			76.151	70.766	78.719	75.427
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Por Indexação						
Taxas Pré-Fixadas			41.159	36.957	41.501	40.027
Taxas-Pós Fixadas			34.992	33.809	37.218	35.400
Total de Empréstimos e Financiamentos			76.151	70.766	78.719	75.427

A companhia possui empréstimos com taxa de juros subsidiadas pelo PRODEC e FINEP. A diferença entre os encargos cobrados e os encargos que seriam devidos considerando as taxas de juros de mercado atingiu R\$ 830 mil em 2015.

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ - Estimativa			122	
CSLL - Estimativa			51	
IRPJ à compensar	24		32	15
CSLL à compensar			5	6
Total Ativo Circulante	24		210	21
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	16.554	10.822	16.569	10.848
CSLL - Crédito Tributário Diferido	5.761	3.700	5.766	3.710
Total Ativo Não Circulante	22.315	14.522	22.335	14.558
Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ sobre diferenças temporárias	20.535	20.106	20.593	20.231
CSLL sobre diferenças temporárias	7.411	7.257	7.432	7.302
Total Passivo Não Circulante	27.946	27.363	28.025	27.533

17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Controladora					
Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos	Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Total
	Em 31 de dezembro 2014	5.720	10.490	11.153	27.363
	Constituição dos Tributos	1.134			1.134
Baixa dos Tributos	Em 31 de dezembro 2015	(274)	(163)	(114)	(551)
	22.315	6.580	10.327	11.039	27.946
Consolidado					
Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos	Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Total
	Em 31 de dezembro 2014	5.890	10.490	11.153	27.533
	Constituição dos Tributos	1.213			1.213
Baixa dos Tributos	Em 31 de dezembro 2015	(444)	(163)	(114)	(721)
	22.335	6.659	10.327	11.039	28.025

17.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisão IRPJ			(48)	
Provisão CSLL			(21)	
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	(128.769)	17.372	(129.476)	17.400
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	(46.357)	6.248	(46.612)	6.257
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	133.305	(8.821)	134.067	(8.946)
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	47.991	(3.150)	48.265	(3.195)
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	6.170	11.649	6.244	11.447

NOTA 18 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A) Trabalhista e Cíveis:

A Administração monitora essas ações judiciais e os processos administrativos mediante assessoria jurídica interna e externa. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, mantém provisionado o montante de R\$ 1.356 mil (R\$ 1.177 mil em 2014), julgado como suficiente para cobrir as perdas potenciais.

B) Tributária:

A empresa figura em feito executivo, Processo nº 0000254-03.2010.404.7201/SC, em trâmite perante a Justiça Federal. Em fevereiro de 2013 foi publicada Sentença acolhendo, parcialmente, os Embargos à Execução 5001542-61.2011.404.7201, remanescendo o valor de R\$ 49.017 mil. O Processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região para

apreciação dos Recursos de Apelação, tanto pela Companhia quanto pela União. O feito está garantido por meio de penhora de bens móveis e imóveis e de crédito em Execução de Sentença contra a Fazenda Pública (Proc. nº 2003.7201.005105-0 (Processo nº 990102179-0 – Nota 29), totalizando a garantia em R\$ 56.063 mil, superior ao valor remanescente da Execução Fiscal. A probabilidade de êxito do Recurso de Apelação da Companhia permaneceu em 2015 como “provável” pelos advogados responsáveis e, por esse motivo, permanece uma provisão no valor de R\$ 31.101 mil (R\$ 29.682 mil em 2014) do que mantém-se em discussão, considerando os efeitos do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa de CSLL utilizados no momento da lavratura do auto de infração.

Adicionalmente mantém-se constituído uma provisão no valor de R\$ 1.142 mil (R\$ 1.074 mil em 2014) referentes autos de infração (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

C) Outros:

Em 02/04/2013 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina declarou ilegítima a cobrança do ECE – Encargo de Capacidade Emergencial, cujo débito no valor de R\$ 3.003 mil encontra-se registrado no passivo circulante da Companhia, assim aguarda-se o trânsito em julgado para proceder o estorno.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 1.569 mil, cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos e, portanto, não exigem constituição de provisão.

As contingências tributárias estão relacionadas principalmente as discussões judiciais relativas às Contribuições Sociais do PIS, COFINS e da CSLL e previdenciárias com o INSS.

Saldo Em 31 de dezembro de 2014	<u>31.933</u>
Depósitos Judiciais Relacionados	(405)
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2014	<u>31.528</u>
Constituição de provisões (Trabalhistas)	574
Constituição de provisões (Tributárias)	1.487
Provisões utilizadas (Trabalhistas)	(395)
Saldo Em 31 de dezembro de 2015	<u>33.599</u>
Depósitos Judiciais Relacionados	(630)
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2015	<u>32.969</u>

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

19.1 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionadas	Controladora				Consolidado			
	Ativo				Ativo			
	Contas a Receber de Clientes		Outras Contas a Receber		Contas a Receber de Clientes		Outras Contas a Receber	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda.			2.860	964				
Alutec Ind.de Fundação EIRELI	1	52			1	52		
	1	52	2.860	964	1	52		
	Passivo				Passivo			
	Fornecedores		Outras Contas a Pagar		Fornecedores		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda.	38							
Alutec Ind.de Fundação EIRELI	267				267			
CWS Participações S.A			2.597	4.447			2.597	4.447
Dietzel GMBH							195	152
	305		2.597	4.447	267		2.792	4.599

Operações da Controlada para a Controladora	Receita de Vendas		Custos das Vendas	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Wetzel Univolt Ind.Plásticos Ltda.	7.740	11.410	(5.264)	(7.689)

O saldo de R\$ 2.860 apresentado em Outras Contas a Receber da Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda. refere-se a recursos financeiros transferidos para a controlada em Abril de 2015.

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses valores foram eliminados conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

Não houve transações com a empresa Foundry Engineers no período.

19.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração Diretoria	1.132	1.712	1.151	1.730
Remuneração Conselho Administração	131	506	131	506
Remuneração Conselho Fiscal	138	121	138	121
	1.401	2.339	1.420	2.357

NOTA 20 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

Atendendo à Instrução CVM nº 346 de 29/09/2000, a Wetzel S.A. – Em recuperação judicial informa que em 28/03/2000 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
IPi	11.458	2.281	10.563	24.302
IRRF	47	9	70	126
COFINS	4.318	1.010	3.958	9.286
PIS	931	182	664	1.777
INSS	17.878	3.758	11.710	33.346
TOTAL	34.632	7.240	26.965	68.837
(-) Compensação prejuízos fiscais e base negativa CSLL				(12.380)
VALOR DO REFIS				56.457

O saldo em 31.12.2015 apresenta-se da seguinte forma:

Valor original	56.457
Encargos calculados pela TJLP	66.103
Pagamentos efetuados de 1,2% sobre o faturamento	(38.548)
Saldo em 31/12/2015	84.012

A Companhia reconheceu R\$ 2.432 mil, em 31.12.2015, como atualização do referido programa.

Desde a adesão ao REFIS em 28/02/2000, a companhia obriga-se ao pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações previstas na Lei 9.964/00, cujos atos são avaliados pelo Comitê Gestor do REFIS na forma da legislação vigente, sob pena de aplicação das sanções dispostas no art. 5º, II da Lei nº 9.964/00.

NOTA 21 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, no valor de R\$ 47.147 mil é formado de 2.058 mil ações, sendo 686 mil ações ordinárias e 1.372 mil ações preferenciais.

As ações preferenciais têm como vantagem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

NOTA 22 – RECEITAS DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Vendas Mercado Interno	157.551	221.610	157.543	221.620
Vendas Zona Franca de Manaus	1.194	1.142	1.194	1.142
Revenda no Mercado Interno	20.863	30.165	20.871	30.165
Vendas Mercado Externo	14.332	5.056	14.332	5.061
Outras Vendas	5.574	2.311	5.574	2.311
(-) Devoluções e Abatimentos	(4.026)	(5.071)	(4.026)	(5.071)
(-) Impostos sobre as Vendas	(43.777)	(59.576)	(43.777)	(59.577)
Receita de Vendas	151.711	195.637	151.711	195.651

NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas Financeiras				
Juros sobre Capital de Giro	(4.392)	(4.098)	(4.423)	(4.178)
Juros sobre Financiamentos	(6.779)	(4.303)	(6.852)	(4.443)
Variação Cambial	(1.975)	(1.363)	(3.505)	(2.526)
Outras Despesas	(10.693)	(5.516)	(10.972)	(5.713)
Total de Despesas	(23.839)	(15.280)	(25.752)	(16.860)
Receitas Financeiras				
Variação Cambial	266	868	1.198	1.715
Aplicações Financeiras	114	233	114	233
Outras Receitas	414	379	417	1.031
Total de Receitas	794	1.480	1.729	2.979
Resultado Acumulado	(23.045)	(13.800)	(24.023)	(13.881)

NOTA 24 - DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários	48.605	56.255	49.128	56.794
Gastos Trabalhistas/Previdenciários	8.501	9.596	8.566	9.665
	57.106	65.851	57.694	66.459
Número de Empregados	1.141	1.302	1.141	1.323

NOTA 25 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	31/12/2015	31/12/2014
Numerador		
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(46.519)	(27.460)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(23.259)	(13.730)
	(69.778)	(41.190)
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	1.372	1.372
Quantidade de ações ordinárias emitidas	686	686
Total	2.058	2.058
Resultado básico e diluído por ação (em reais mil)		
Ação preferencial	-33,9057	-20,0146
Ação ordinária	-33,9057	-20,0146

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo CPC 41/IAS 33, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações de acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 10/09/15.

NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

A controladora e controlada mantém a política de cobrir com seguros seus principais ativos imobilizados e estoques, considerando a sua natureza e o grau de risco relacionado (informação não auditada). Os seguros contratados em 31 de dezembro de 2015 cobrem os riscos relacionados a incêndio, vendaval, raios/explosão, danos elétricos, extravasamento de materiais em fusão, roubo qualificado, alagamento/inundação inundação com o limite máximo de Indenização em R\$ 60.000 mil, com vigência de 14/04/2015 à 13/04/2016.

A Administração considera que o montante de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais, comerciais e administrativas.

NOTA 27 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de forma consolidada de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2014	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	81.787	59.371	54.493		195.651
Depreciação e Amortização				(10.562)	(10.562)
Receitas Financeiras				2.979	2.979
Despesas Financeiras				(16.860)	(16.860)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido				(11.446)	(11.446)
Prejuízo do Exercício				(41.300)	(41.300)
Ativo Imobilizado e Intangível				101.089	101.089
Ativo Total				226.169	226.169
Adições ao Imobilizado				13.164	13.164
Passivo Total				226.169	226.169

Em 31 de dezembro de 2015	Alumínio	Ferro	Eletrotécnica	Corporativo	Total
Receita Operacional Líquida	50.551	58.949	42.211		151.711
Depreciação e Amortização				(10.450)	(10.450)
Receitas Financeiras				1.729	1.729
Despesas Financeiras				25.752	25.752
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido				6.244	6.244
Prejuízo do Exercício				(70.577)	(70.577)
Ativo Imobilizado e Intangível				59.964	59.964
Ativo Total				185.098	185.098
Adições ao Imobilizado				538	538
Passivo Total				185.098	185.098

NOTA 28 - CRÉDITOS ELETROBRÁS

Com base em decisão transitada em julgado favorável do STF sobre o Agravo de Instrumento 560505 referente ao Processo 990102179-0, a Companhia teve reconhecido a seu favor o direito a restituição de valores referentes a crédito de correção monetária e juros sobre empréstimo compulsório da Eletrobrás.

Em 2010 a Companhia encerrou a discussão jurídica que vinha mantendo com a empresa **Recupere Serviços de Cobrança Ltda.**, conforme Instrumento Particular de Transação firmado em 20/12/2010, reconhecendo em favor desta o direito de propriedade equivalente a 55% do montante restituível do crédito. Conforme despacho de execução de sentença emitido em 01/07/2015, o valor a receber foi ajustado conforme quadro abaixo:

Saldo provisionado em 31/12/2010	2.930
Crédito passível de recebimento (Julho/15)	19.514
Parcela equivalente a 45% do seu montante (Wetzel S/A)	8.781
Recebimento equivalente a 50% do total do Processo (15/07/15)	(9.757)
Saldo a reembolsar a Recupere Serviços de Cobrança Ltda - 5% do total Processo	(976)
Saldo a pagar a Recupere Serviços de Cobrança Ltda – 50% do total do Processo	(9.757)
Honorários advocatícios (20%) referente 45% do montante (Wetzel S/A)	(1.756)

Os valores demonstrados estão contabilizados da seguinte forma:

- Ativo não circulante (Saldo a receber Créditos Eletrobrás – 50% da ação) R\$ 9.757 mil.
- Passivo não circulante (Saldo a pagar a Recupere Serviços de Cobrança Ltda – 50% da ação) R\$ 9.757 mil.
- Passivo não circulante (Saldo a reembolsar a Recupere Serviços de Cobrança Ltda – 5% da ação já recebido em 15/07/15) R\$ 976 mil.
- Passivo não circulante (Provisão honorários) R\$ 1.756 mil.

NOTA 29 -DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a reclamações trabalhistas e discussões que a Companhia mantém sobre questões tributárias e previdenciárias, acompanhados de processos judiciais regulares.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	630	405	630	405
Depósitos Judiciais - Outros	1.656	1.376	1.826	1.376
Previdenciário-FAP	1.660	1.523	1.661	1.523
	3.946	3.304	4.117	3.304

NOTA 30 -DESONERAÇÃO FOLHA

A Companhia se enquadra na Lei 12.546/2011 em seu art.8º, alterada pela Lei 13.161/2015 onde contribuirá a alíquota de 2,5% em substituição as contribuições previstas nos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/1991. Em contrapartida reduz-se o valor da contribuição dos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/1991 ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de fabricação dos produtos inclusos no art.8ºA da Lei 13.161 e a receita bruta total.

A opção pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a Receita Bruta relativa à competência dezembro de 2015 previsto no art. 1º § 6º da IN 1597 de 01/12/2015.

NOTA 31 –ATIVOS DESTINADOS A VENDA

Com o fim das atividades da controlada Wetzel Univolt Indústria Plásticos Ltda., a partir de novembro de 2015, o ativo imobilizado foi reclassificado para o ativo destinado à venda, no ativo circulante. Os ativos estão avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil líquido e o valor de venda, líquido dos custos de comercialização.

Ativos Destinados a Venda	31/12/2015
Máquinas e Equipamentos	3.316
Móveis e Utensílios	49
Total	3.365

Parte desses ativos foram adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos.

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Máquinas e Equipamentos	3.916	1.390	2.526
Móveis e Utensílios	13	5	8
	3.929	1.395	2.534

NOTA 32 –EVENTO SUBSEQUENTE

Recuperação Judicial

Em 03 de fevereiro de 2016 a companhia S/A ajuizou ação de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, em caráter de urgência e mediante deliberação do Conselho de Administração, com a concordância do acionista controlador, nos termos do art. 122, parágrafo único, da Lei 7.661/45. O processo foi distribuído à 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, recebendo o nº 0301750-45.2016.8.24.0038. A ação de recuperação judicial foi ajuizada com o objetivo de reestruturar o passivo da Companhia, mantendo a sua atividade produtiva e preservando o seu valor de mercado.

O processamento da recuperação judicial da Wetzel S.A. – Em recuperação judicial foi deferido por decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei 11.101/05, datada de 11 de fevereiro de 2016.

Foi publicado o edital a que alude o art. 52, §1º, da Lei 11.101/05, na data de 02/03/2016, tanto no Diário de Justiça Eletrônico, quanto no jornal A Notícia.

Foram divulgados, como Fatos Relevantes, o ajuizamento da ação, no mesmo dia em que efetivado, e o deferimento do processamento da recuperação judicial, no mesmo dia em que a Companhia teve ciência de tal decisão, até então não publicada.

Conforme a Lei 11.101/05, art. 53, a Companhia deverá apresentar, em juízo, no prazo improrrogável de 60 dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o plano de recuperação, que deverá conter: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos seus bens e ativos.

Recebido o plano de recuperação pelo juízo, será publicado edital noticiando tal fato aos credores, a partir do que iniciará a fluência de prazo de 30 dias para apresentação de eventuais objeções. Não havendo objeções ao plano de recuperação, será o mesmo considerado aprovado, encaminhado-se para homologação judicial; havendo, por outro lado, objeções, será convocada Assembleia Geral de Credores que deliberará sobre a sua aprovação, modificação ou rejeição.

A Companhia está em fase de elaboração do referido plano, não tendo registrado, até a presente data, os possíveis efeitos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, tendo em vista a

dependência dos eventos futuros que poderão ou não ocorrer, tais como: a aprovação ou não do plano de recuperação por parte dos credores, bem como o resultado de sua execução.

As informações relativas ao processamento do pedido de recuperação judicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas, na forma da legislação vigente.

Demissões

Em 1º de fevereiro de 2016, a Companhia S/A demitiu 170 (cento e setenta) colaboradores, representando aproximadamente 15% dos colaboradores registrados em 31 de dezembro de 2015. O gasto referente a este evento no valor de R\$ 3.443 mil foi registrado em dezembro de 2015.